



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004215-31.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Winston Monteiro Ricetti Filho**
 Requerido: **Bradesco Leasing S/A Arrendamento Mercantil**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Winston Monteiro Ricetti Filho propôs a presente ação contra o réu Bradesco Leasing SA Arrendamento Mercantil, requerendo: a) seja o réu compelido a promover a transferência do veículo marca Chrysler, modelo Viper RT 10, ano 1994, placa FUS 8888, chassi 1C3CRC5E9RV101860, para o nome do atual proprietário, sob pena de multa diária; b) a condenação do réu no pagamento de indenização em favor do autor, a título de danos morais.

A tutela antecipada foi deferida às folhas 111.

O réu, em contestação de folhas 117/125, suscita preliminar de ilegitimidade passiva, pleiteando a retificação do polo passivo para que passe a constar Banco Bradesco SA, bem como de falta de interesse processual. No mérito, requer a improcedência do pedido, porque o autor não sofreu qualquer abalo emocional que dê ensejo à reparação pretendida.

Réplica de folhas 142/145.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide porque impertinente a prova oral ou pericial, orientando-me pelos documentos carreados aos autos pelas partes (CPC, artigo 396).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

De início, não há falar-se em ilegitimidade passiva suscitada pelo réu, tendo em vista que o Bradesco Leasing SA Arrendamento Mercantil faz parte do mesmo grupo econômico Bradesco SA. Todavia, como já dito, por se tratar do mesmo grupo econômico, defiro a correção do polo passivo para que passe a constar como réu Banco Bradesco SA. Anote-se.

Afasto a preliminar de falta de interesse processual por ser matéria de mérito.

No mérito, procede a causa de pedir.

O contrato de arrendamento mercantil colacionado pelo autor comprova o arrendamento mercantil celebrado entre o autor e a instituição Finasa Leasing Arrendamento Mercantil SA (**confira folhas 17/24**).

Os documentos de folhas 26/30 comprovam o ajuizamento da ação de reintegração de posse promovida pela arrendante Finasa Leasing Arrendamento Mercantil SA em face do arrendatário, ora autor (**confira folhas 26/30**).

Também o mandado de reintegração de posse e respectivo auto de reintegração de posse confirmam que a arrendante Finasa Leasing Arrendamento Mercantil SA foi reintegrada na posse do veículo em data de 05/04/1999 (**confira folhas 33/35**).

A cópia da sentença proferida nos autos da reintegração de posse confirmam que a arrendante foi reintegrada na posse do veículo (**confira folhas 36/38**).

Também o ofício digitalizado às folhas 39 comprova a expedição de ofício à 26ª Ciretran de São Carlos, determinando a transferência do veículo à pessoa que a autora daquela ação, Finasa Leasing Arrendamento Mercantil SA, indicasse (**confira folhas 39**).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Assim, restou comprovado que desde 05/04/1999 o autor não se encontrava mais na posse do veículo e, a partir de então, competia à arrendante Finasa Leasing Arrendamento Mercantil SA, providenciar a emissão de novo documento de propriedade, nos termos do artigo 123 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).

O réu, sucessor por incorporação da arrendante, conforme documento de folhas 132/137, deve ser compelido a promover a transferência do veículo do nome do autor para o atual proprietário, razão pela qual de rigor a manutenção da liminar.

Por outro lado, ante à inércia do réu em promover a transferência da propriedade ou a emissão de novo documento, o autor teve seu nome inscrito em dívida ativa, em razão de débitos relativos ao IPVA do veículo de placas FUS-8888, relativo aos exercícios de 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 (**confira folhas 44/53**).

Comprovada a inscrição em dívida ativa, não há que se falar em prova do dano, pois resta configurado o *damnum in re ipsa*.

Nesse sentido:

0011663-91.2010.8.26.0002 Ação indenizatória de danos morais c.c. obrigação de fazer fundada na compra e venda de veículo entre particulares. **Réu que não providencia a transferência de propriedade do bem, gerando autuações e inscrição indevida do nome da autora na dívida ativa estadual por tributos de responsabilidade de terceiro.** Ilegitimidade da instituição financeira, na hipótese, ausente relação de consumo ou cadeia de fornecedores capaz de ensejar responsabilização objetiva. **Dano moral configurado,** fixado valor com moderação. Juros de mora da citação e correção monetária do arbitramento da reparação (Súmula 362 do STJ). Apelo parcialmente provido (Relator(a): Soares Levada; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 34ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 26/08/2015; Data de registro: 28/08/2015).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Considerando a condição econômica das partes e o caráter educativo da medida, fixo o dano moral em R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), que certamente não importará em enriquecimento sem causa ao autor e tampouco em empobrecimento do réu, uma das maiores instituições bancárias do país. A atualização monetária terá como termo inicial a data de hoje e os juros de mora incidirão a partir do ato ilícito, ou seja, desde a primeira inscrição do nome do autor em dívida ativa (02/08/2011), conforme documento de folhas 44.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de: a) condenar o réu a promover a transferência do veículo objeto desta ação para seu nome ou para o nome do atual proprietário, mantendo-se a tutela antecipada e a multa diária fixada às folhas 111; b) condenar o réu no pagamento de indenização em favor do autor, a título de danos morais, no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir de 02/08/2011. Sucumbente, condeno o autor no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 20% do valor da condenação, ante o bom trabalho do patrono do autor.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 10 de setembro de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**